



EXAME CFC
SIMULADO GERAL 04
COMENTADO

LISTA DE QUESTÕES

1. As demonstrações contábeis obrigatórias atendem, como regra geral,

- a) à necessidade de fornecer informações patrimoniais ou financeiras.
- b) aos interesses daqueles cujo patrimônio esteja diretamente vinculado à entidade.
- c) a determinações legais em sua essência.
- d) a obrigações de natureza fiscal.
- e) a exigências e determinações de órgãos de controle.

Resolução:

A Contabilidade é uma ciência enquadrada no ramo das ciências sociais. Ela tem por objeto o patrimônio das entidades, e por objetivo o controle desse patrimônio, com a finalidade de fornecer informações (*patrimoniais ou financeiras*) aos seus usuários.

A divulgação das informações financeiras ocorre por meio de demonstrações contábeis, quais sejam:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração do Valor Adicionado.

Gabarito: A.

2. O patrimônio das empresas é estruturado em três partes distintas: Ativo (A), Passivo (P) e Situação Líquida (SL), mais conhecida como patrimônio líquido. A avaliação da situação patrimonial é feita pela seguinte equação patrimonial:

$$\text{Situação Líquida (SL)} = \text{Ativo (A)} - \text{Passivo (P)}$$

Nesse contexto, quando a equação patrimonial apontar bens e direitos em valor menor do que as obrigações com terceiros indica que a empresa tem a seguinte situação líquida:

- a) plena
- b) favorável
- c) inexistência de ativos
- d) passivo a descoberto
- e) equilíbrio aparente

Resolução:

A fórmula **Ativo = Passivo + Patrimônio Líquido** é denominada “equação fundamental do patrimônio”, pois traduz a situação do patrimônio da maioria das empresas. A equação fundamental do patrimônio destina-se a apurar a situação líquida da entidade.

O **ativo** é o lado direito da equação e do balanço patrimonial, já o **Passivo + PL** é o lado esquerdo da equação e do balanço patrimonial.

As possíveis situações patrimoniais de uma empresa estão representadas abaixo:

A > P exigível	Saldo Líquido > 0	Situação superavitária	PL positivo
A = P exigível	Saldo Líquido = 0	Situação NULA ou EQUILIBRADA	PL inexistente
A < P exigível	Saldo Líquido < 0	Situação Deficitária	PL negativo (Passivo a descoberto)
A = PL	Saldo Líquido > 0	Constituição de sociedade	PL positivo

Dessa forma, se uma empresa apresenta **situação patrimonial negativa (passivo a descoberto)**, podemos afirmar que o **total de passivos (obrigações) supera o total de ativos (bens e direitos)**.

Gabarito: D.

3. Assinale a alternativa correta. De acordo com Conselho Federal de Contabilidade,

- a) as informações contábeis são produzidas obrigatoriamente com base no custo histórico.
- b) demonstrações contábeis podem ser usadas para elaborar e usar estatísticas da renda nacional; ou regulamentar as atividades das entidades.
- c) o objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras específicas para cada tipo de usuário, acerca da entidade que reporta essa informação e dos seus sócios, de forma unificada.
- d) os relatórios contábeis de propósito geral são direcionados, primariamente, a grupos como órgãos reguladores e membros do público que não sejam investidores, credores por empréstimo e outros credores.
- e) os relatórios contábil-financeiros são baseados em cálculos aritméticos, matemáticos, exatos. Não comporta julgamentos.

Resolução:

A questão trata sobre demonstrações contábeis e a importância dessas informações para os usuários dos relatórios contábeis, conforme o Conselho Federal de Contabilidade. O normativo que trata desse assunto é a Resolução nº 1.374/2011 do CFC, a qual trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Vejamos as alternativas:

Assinale a alternativa correta. De acordo com Conselho Federal de Contabilidade,

- a) as informações contábeis são produzidas **obrigatoriamente** com base no custo histórico. **Errado**

As informações contábeis não são obrigatoriamente elaboradas com base no custo histórico. Conforme a resolução do CFC:

As demonstrações contábeis são mais comumente elaboradas segundo modelo baseado no custo histórico recuperável e no conceito da manutenção do capital financeiro nominal. Outros modelos e conceitos podem ser considerados mais apropriados para atingir o objetivo de proporcionar informações que sejam úteis para tomada de decisões econômicas, embora não haja presentemente consenso nesse sentido.

- b) demonstrações contábeis podem ser usadas para elaborar e usar estatísticas da renda nacional; ou regulamentar as atividades das entidades. **Correto**

Essa é uma das formas de utilização das informações contábeis presentes nos relatórios contábeis. Um exemplo seria o uso da Demonstração do valor Adicionado (DVA) para estimar a renda adicional que uma entidade específica está agregando para determinado setor da sociedade na qual está inserida. Além dessas, a resolução traz outras. Vejamos:

Demonstrações contábeis elaboradas com tal finalidade satisfazem as necessidades comuns da maioria dos seus usuários, uma vez que quase todos eles utilizam essas demonstrações contábeis para a tomada de decisões econômicas, tais como:

- (a) decidir quando comprar, manter ou vender instrumentos patrimoniais;
- (b) avaliar a administração da entidade quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida e quanto à qualidade de seu desempenho e de sua prestação de contas;
- (c) avaliar a capacidade de a entidade pagar seus empregados e proporcionar-lhes outros benefícios;
- (d) avaliar a segurança quanto à recuperação dos recursos financeiros emprestados à entidade;
- (e) determinar políticas tributárias;
- (f) determinar a distribuição de lucros e dividendos;
- (g) elaborar e usar estatísticas da renda nacional;** ou



(h) regulamentar as atividades das entidades.

c) o objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras específicas para cada tipo de usuário, acerca da entidade que reporta essa informação e dos seus sócios, de forma unificada. **Errado**

Os relatórios contábeis-financeiros de propósito geral não têm como objetivo atender necessidades específicas de determinados usuários. Eles têm como principal função fornecer informações para investidores, credores por empréstimos e outros credores de forma genérica, sem atendimento de necessidades específicas. Essas informações são gerais, servindo apenas como meio de auxiliar na tomada de decisões relacionadas à entidade. Vejamos o que diz a resolução do CFC a respeito disso:

Demonstrações contábeis elaboradas dentro do que prescreve esta Estrutura Conceitual objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.

OB2. O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (reporting entity) que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade. [...]

d) os relatórios contábeis de propósito geral são direcionados, primariamente, a grupos como órgãos reguladores e membros do público que não sejam investidores, credores por empréstimo e outros credores. **Errado**

As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas para os usuários externos em geral, visto que esses não têm o poder de exigir que as entidades fornecam informações de que eles necessitam para poderem tomar decisões a respeito da entidade. Essa prerrogativa é inerente ao governo e aos órgãos reguladores, os quais podem, além de utilizarem as demonstrações contábeis, exigir que lhes sejam prestadas informações adicionais. Vejamos o que diz a resolução do CFC:

As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas. Governos, órgãos reguladores ou autoridades tributárias, por exemplo, podem determinar especificamente exigências para atender a seus próprios interesses. Essas exigências, no entanto, não devem afetar as demonstrações contábeis elaboradas segundo esta Estrutura Conceitual.

e) os relatórios contábil-financeiros são baseados em cálculos aritméticos, matemáticos, exatos. Não comporta julgamentos. **Errado**

Os relatórios contábil-financeiros são baseados em estimativas, julgamentos e modelos. Eles não são exatos, conforme afirma a questão. Existem avaliações subjetivas a respeito do patrimônio de uma entidade. Vejamos um item da resolução do CFC.

Em larga extensão, os relatórios contábil-financeiros são baseados em estimativas, julgamentos e modelos e não em descrições ou retratos exatos. A Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que devem amparar tais estimativas, julgamentos e modelos. [...]

Gabarito: B.

4. Um lançamento contábil de terceira fórmula significa:

- Dois ou mais débitos e dois ou mais créditos.
- Dois ou mais débitos e um crédito.
- Um débito e dois ou mais créditos.
- Um débito e um crédito.

Resolução:

Questão bem direta, a respeito dos tipos dos lançamentos contábeis. A contabilidade escritura os fatos contábeis com base no método das partidas dobradas. Para cada débito existe um ou mais créditos correspondentes. Os lançamentos são classificados em 1º, 2º, 3º e 4º fórmula, a depender da quantidade de débitos e créditos envolvidos. Assim, temos:

Lançamentos	
1º Fórmula	Um débito e um crédito
2º Fórmula	Um débito e dois ou mais créditos
3º Fórmula	Dois ou mais débitos e um crédito
4º Fórmula	Dois ou mais débitos e dois ou mais créditos

Vejamos as alternativas propostas:

Um lançamento contábil de terceira fórmula significa:

- a)** Dois ou mais débitos e dois ou mais créditos. **Alternativa errada**
Lançamento de 4º fórmula.
- b)** Dois ou mais débitos e um crédito. **Alternativa correta**
Lançamento de 3º fórmula.
- c)** Um débito e dois ou mais créditos. **Alternativa errada**
Lançamento de 2º fórmula.
- d)** Um débito e um crédito. **Alternativa errada**
Lançamento de 1º fórmula.

Gabarito: B.

5. Em linhas gerais pode-se afirmar que as contas contábeis serão alocadas no Passivo (curto e longo prazos), em função, basicamente, do seu grau de exigibilidade. Identifique nas alternativas abaixo, a única conta ou grupo de contas, que terá sua alocação no Passivo.

- a) Ações em tesouraria.
- b) Ganho por compra vantajosa.
- c) Encargos financeiros a apropriar.
- d) Adiantamento à fornecedores.
- e) Adiantamento de clientes.

Resolução:

A questão versa sobre Lançamentos Contábeis. O examinador quanto a qual das contas será registrada no lado do **Passivo Exigível**, pois mencionou passivos de curto e longo prazos. Lembremos que o lado Passivo do Balanço Patrimonial engloba as contas do Passivo Exigível e do Patrimônio Líquido.

Vamos analisar cada alternativa:

a) Ações em tesouraria.

ERRADO. A conta Ações em Tesouraria será escriturada no Patrimônio Líquido na sociedade, conforme exposto na Lei nº 6.404/1976:

Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

(...)

§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:



I – passivo circulante;

II – passivo não circulante; e

III – patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, **ações em tesouraria** e prejuízos acumulados.

b) Ganho por compra vantajosa.

ERRADO. A compra mais vantajosa representa a diferença monetária entre o valor pago, na combinação de negócios, e o valor justo do Patrimônio Líquido da empresa investida. Quando a diferença é negativa, ou seja, Valor Pago – PL Justo retorna um valor negativo, teremos a compra mais vantajosa, que deverá ser reconhecida no Resultado da empresa investidora, conforme disposto no Pronunciamento nº 15 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis:

34. Ocasionalmente, um adquirente pode realizar uma compra vantajosa, assim entendida como sendo uma combinação de negócios cujo valor determinado pelo item 32(b) é maior que a soma dos valores especificados no item 32(a). Caso esse excesso de valor permaneça após a aplicação das exigências contidas no item 36, o adquirente deve reconhecer o ganho resultante, na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição. O ganho deve ser atribuído ao adquirente.

c) Encargos financeiros a apropriar.

ERRADO. A conta encargos financeiros a apropriar será registrada no Ativo, como retificadora da conta Empréstimos.

d) Adiantamento à fornecedores.

ERRADO. É uma conta do Ativo, pois representa um direito da companhia para com seus fornecedores, tendo em vista que foi realizado o pagamento de mercadorias ainda não entregues.

e) Adiantamento de clientes.

CERTO. É o gabarito da questão. Neste caso, houve pagamento adiantado de clientes da companhia, sem que esta tenha entregado as mercadorias ou realizado os eventuais serviços contratados. Assim, é uma obrigação da sociedade, devendo esta conta ser contabilizada no Passivo Exigível.

Gabarito: E.

6. O registro de um fato contábil é denominado de

- a) Fato registrado.
- b) Lançamento.
- c) Contabilidade.
- d) Fato real.

Resolução:

A questão trata sobre registro dos fatos contábeis. Dentre as técnicas contábeis, tem-se a escrituração. Fazemos uso dela para registrar os fatos contábeis. Esses, por sua vez, são objeto de **Lançamento** em suas contas respectivas, quando de sua ocorrência.

O registro de um fato contábil é denominado de

a) Fato registrado. Errado

Um fato registrado é um fato lançado.

b) Lançamento. Correto

c) Contabilidade. Errado

Fato contábil é objeto de registro pela contabilidade e objeto de lançamento nas contas contábeis.



d) Fato real. Errado

Fato real é um acontecimento que pode ser ou não objeto de lançamento pela contabilidade.

Gabarito: B.

7. Em 02 de janeiro de 2018, a prefeitura de Felicidade do Norte efetuou o lançamento de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), referente ao exercício social 2018, no valor de R\$ 4.320,00 com vencimento em 31 de janeiro de 2018 contra a empresa Comercial Bem-Aventurados Ltda. A empresa Comercial Bem-Aventurados Ltda. efetuou o pagamento no vencimento. Ao final de janeiro de 2018, a empresa Comercial Bem-Aventurados Ltda. deve reconhecer e evidenciar o(s) saldo(s) dessa transação no:

- I. Resultado do Exercício, sendo apropriado o valor de R\$ 4.320,00 em despesa tributária.**
- II. Resultado do Exercício, sendo apropriado o valor de R\$ R\$ 360,00 em despesa tributária.**
- III. Ativo, sendo apropriado o valor de R\$ 4.320,00 em despesas antecipadas.**
- IV. Ativo, sendo apropriado o valor de R\$ 3.960,00 em despesas antecipadas.**

Analise as assertivas apresentadas acima e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas a assertiva III está correta.
- c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

Resolução:

A questão solicita do candidato conhecimento acerca do regime de competência no reconhecimento de receitas e despesas. Basicamente, por esse método, serão reconhecidos no resultado os fatos contábeis quando ocorrerem os respectivos fatos geradores, independente de pagamento ou recebimento em dinheiro.

No caso específico da questão, como temos o lançamento do tributo referente ao período inteiro, temos de apropriar mês a mês a despesa, mesmo que o valor tenha sido lançado integralmente em janeiro, isto é, o valor total do lançamento foi de R\$ 4.320,00, e a apropriação mensal da despesa do IPTU será de R\$ 360,00 (um doze avos do total).

1) Lançamento pelo Pagamento:

- D - Despesas tributárias antecipadas - IPTU - R\$ 4.320,00
 C - Caixa - R\$ 4.320,00

2) Lançamento pelo reconhecimento da despesa em janeiro:

- D - Despesa tributária - IPTU - R\$ 360,00
 C - Despesas tributárias antecipadas - IPTU - R\$ 360,00

Perceba, portanto, que, ao final do mês de janeiro, teremos uma **despesa apropriada no resultado do exercício, no valor de R\$ 360,00**, e o **saldo das despesas antecipadas no ativo será de R\$ 3.960,00**. Os itens II e IV estão corretos.

Gabarito: C.

8. O momento do registro das compras de itens dos estoques, assim como o das vendas a terceiros, em geral, coincide com o da transmissão de seu direito de propriedade, embora o conceito de ativo esteja ligado não ao aspecto legal, mas principalmente à transferência de riscos e benefícios futuros. Dessa forma, na determinação de quais



itens integram ou não os estoques, o importante não é sua posse física, mas o direito de sua propriedade. Feitas essas considerações, normalmente os estoques são representados por itens

- a) de propriedade da empresa que estão em poder de terceiros para armazenagem, beneficiamento, embarque etc.
- b) que são de propriedades de terceiros e não estão em poder da empresa.
- c) de terceiros que foram remetidos para a empresa em consignação.
- d) adquiridos por terceiros que estão em trânsito para entrega na empresa que realizou uma compra.
- e) que serão entregues por um terceiro.

Resolução:

A questão retira seu fundamento do livro "Manual de Contabilidade Societária". A banca, porém, comete um equívoco no enunciado ao afirmar que na determinação de quais itens integram ou não os estoques, o importante não é sua posse física, mas o **direito de sua propriedade**. No livro, os autores ensinam que **nem sempre** o momento do registro das compras e das vendas coincide com o da transmissão do direito de propriedade. O que é importante não é a posse física do bem, mas o seu **controle** (e não o direito de propriedade). Para que um item seja considerado um ativo da entidade, ele deve estar sob o controle da empresa.

Feita a ressalva, vamos analisar as alternativas.

a) de propriedade da empresa que estão em poder de terceiros para armazenagem, beneficiamento, embarque etc.

CERTO. Bens pertencentes à entidade, sob poder de terceiros para armazenagem, beneficiamento, embarque, remetidos para terceiros para possível venda futura, entre outras situações, são estoques. Os bens são de propriedade da entidade e ela ainda detém o seu **controle** e todos os **riscos e benefícios** ligados ao ativo.

b) que são de propriedades de terceiros e não estão em poder da empresa.

ERRADO. Itens que são de propriedades de terceiros, não estão em poder da empresa e não são controlados pela empresa de qualquer forma não são reconhecidos como estoques.

c) de terceiros que foram remetidos para a empresa em consignação.

ERRADO. Bens **recebidos** em consignação **não são** reconhecidos como estoques. Os itens estão sob a guarda física da empresa, mas ela **não detém** sua **propriedade, nem seu controle**. Os riscos e benefícios associados aos ativos continuam sendo do proprietário.

d) adquiridos por terceiros que estão em trânsito para entrega na empresa que realizou uma compra.

ERRADO. Um item adquirido por terceiro **em trânsito para entrega** ao comprador não pertence mais à entidade e os riscos e benefícios **não estão mais sob seu controle**, portanto não são mais reconhecidos como estoques.

e) que serão entregues por um terceiro.

ERRADO. Um item que **ainda será entregue** não está sob o controle da entidade, não podendo ser reconhecido como um estoque. A empresa pode ter direito a receber mercadorias, mas enquanto estas não estiverem sob seu controle, não poderão ser registradas como estoques.

Gabarito: A.

9. A empresa Modelo Industrial, tributada pelo Lucro Presumido, em 31 de dezembro de 2017, fechou o seu balanço e registrou os estoques a seguir.

- (a) Matéria Prima – R\$ 1.050.000,00;
- (b) Produtos em Elaboração – R\$ 1.200.000,00;



(c) Produtos Acabados – R\$ 1.800.000,00.

A partir de 1º de janeiro de 2018, passou à tributação pelo lucro real e a calcular a COFINS pelo método não cumulativo. Considerando essas informações e a permissão para a utilização de crédito presumido sobre o estoque, para dedução da COFINS, calculada pelo método não cumulativo, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o valor total do crédito a que a empresa Modelo Industrial tem direito.

- a) R\$ 031.500,00
- b) R\$ 036.000,00
- c) R\$ 054.000,00
- d) R\$ 121.500,00
- e) R\$ 205.200,00

Resolução:

O regime de incidência do COFINS pode ser cumulativo e não cumulativo.

O lucro presumido se utiliza do regime cumulativo, em que a alíquota é de 3%. Nessa tributação, não existe a compensação de crédito, ou seja, o valor pago não pode ser recuperado lá na frente.

O valor pago em 2017 foi:

$$1.050.000 + 1.200.000 + 1.800.000 = 4.050.000 \times 3\% = 121.500 \text{ COFINS}$$

Em 2018, o regime virou para não cumulativo (lucro real). Nesse caso, existe a compensação do crédito por parte da empresa. Portanto, ela tem um crédito para compensar no valor de R\$ 121.500,00.

Gabarito: D.
10. Considere as informações do Quadro a seguir, apresentadas em milhares de reais, que representam as contas de resultado de uma companhia ao final do exercício de 2017:

Abatimentos concedidos	750,00
Deduções sobre a receita de vendas	1.620,00
Outras despesas operacionais	2.520,00
Impostos sobre a receita bruta	3.740,00
Receitas financeiras	3.930,00
Despesas gerais e administrativas	4.650,00
Despesas financeiras	6.510,00
Despesas com as vendas	9.360,00
Custo das mercadorias vendidas	29.800,00
Receita bruta das vendas	92.000,00

O lucro bruto da companhia, ao final do exercício de 2017, em milhares de reais, representa

- a) 36.980,00
- b) 56.090,00
- c) 58.460,00
- d) 60.020,00
- e) 62.200,00

Resolução:

Aqui basicamente temos que montar a estrutura da DRE e chegar até o **lucro bruto**. Essa é uma observação importante, pois a questão arrola itens que são deduções do lucro bruto até chegarmos ao lucro líquido, que não serão utilizados nessa questão.

Passamos ao cálculo da **DRE**:



Receita bruta das vendas	92.000,00
Abatimentos concedidos	(750,00)
Deduções sobre a receita de vendas	(1.620,00)
Impostos sobre a receita bruta	(3.740,00)
(=) Receita Líquida de vendas	85.890,00
Custo das mercadorias vendidas	(29.800,00)
(=) Lucro Bruto	56.090,00

Os demais itens arrolados no enunciado são deduções do lucro bruto e servem para chegar no lucro líquido, não solicitado pelo examinador.

Gabarito: B.

11. A Lei das sociedades por ações, as normas brasileiras de contabilidade e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Procedimentos Contábeis orientam sobre a forma como as despesas devem ser classificadas na Demonstração do Resultado do Exercício das empresas.

Nesse contexto, a devolução de uma venda, realizada no exercício social anterior, deve ser classificada por uma empresa comercial, na demonstração do resultado do exercício (período), como despesa

- a) administrativa
- b) geral
- c) financeira
- d) de devolução de vendas
- e) com vendas

Resolução:

As devoluções de vendas ocorridas **dentro do exercício social** devem ser deduzidas da receita que gerou a venda.

Já as devoluções de vendas de **exercícios anteriores** são consideradas como despesas operacionais.

Pela Lei 6.404/76 as despesas são separadas em: com as **vendas**, as despesas **financeiras**, deduzidas das receitas, as despesas **gerais** e **administrativas**, e outras despesas operacionais.

Assim, a devolução de uma venda de exercício anterior é despesa operacional que fica classificada dentro da despesa com vendas, pois com ela se associa.

Vejamos um exemplo da DRE conforme Lei 6.404/76:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	
Receita Bruta de Vendas	
Receita de Serviços Prestados	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	
(-) ICMS sobre Vendas	
(-) ISS sobre os Serviços Prestados	
(-) abatimentos concedidos	
(-) descontos incondicionais	
(-) devoluções e vendas canceladas (do período!!!)	
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	

(-) Custo dos Serviços Prestados	
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	
= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO/LUCRO BRUTO	
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	
Despesas Administrativas	
Despesa com Vendas	
<i>Devolução do exercício anterior</i>	
(-) DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	
Despesas financeiras	
= RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	
(+) OUTRAS RECEITAS	
Resultado na Venda de Imobilizado	
(-) OUTRAS DESPESAS	
= RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E SOBRE O LUCRO	
(-) Imposto de Renda sobre o Lucro	
= RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	

Você poderia ter confundido com a letra d) de devolução de vendas, mas a despesa com devolução de vendas se refere somente às devoluções de vendas do exercício e são deduzidas da receita bruta.

Gabarito: E.
12. Situação hipotética: A empresa Petrola Ltda. apresentou as seguintes informações, em reais, referentes ao exercício financeiro de 2017:

Caixa	R\$ 540.000,00
Banco	R\$ 1.230.000,00
Mercadorias	R\$ 2.960.000,00
Investimentos a longo Prazo	R\$ 4.520.000,00
Financiamento de Máquinas a Longo Prazo	R\$ 898.000,00
Ações em Tesouraria	R\$ 220.000,00
Despesas Antecipadas	R\$ 68.000,00
Capital Social	R\$ 8.200.000,00

A partir das informações acima, pode-se afirmar que a Empresa Petrola Ltda. apresenta, em reais:

- Um total de Passivo Não Circulante no valor de R\$ 966.000.000,00.
- Um total de Ativo Não Circulante no valor de R\$ 4.588.000,00.
- Um Patrimônio Líquido no valor total de 8.200.000,00.
- Um Disponível no valor total de R\$ 540.000,00.
- Um Passivo Circulante no valor total de R\$ 1.118.000,00.

Resolução:
---> ATIVO CIRCULANTE*

Caixa.....	540.000
Banco.....	1.230.000
Mercadorias.....	2.960.000
= TOTAL	4.730.000



---> ATIVO NÃO CIRCULANTE

Investimentos a longo Prazo.....	4.520.000
Despesas Antecipadas.....	68.000**
= TOTAL	4.588.000

---> PASSIVO CIRCULANTE.....0,0

---> PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Financiamento de Máquinas a Longo Prazo.....898.000

---> PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social.....	8.200.000
(-) Ações em Tesouraria.....	(220.000)
= TOTAL	7.980,00

* Disponível = 540.000 + 1.230.000 = **1.770.000**

** As despesas antecipadas podem ser classificadas no ativo circulante ou ativo não circulante (ativo realizável a longo prazo). Como a questão não identifica o período de realização (exercício seguinte ou posteriores) da despesa antecipada, logo o ideal seria classificar no ativo circulante, o que não foi o caso da questão. Portanto, a banca considerou a despesa antecipada como ativo não circulante (ativo realizável a longo prazo).

Gabarito: B.

13. Em 01/06/2015, uma sociedade empresária comprou uma máquina para produção de canetas por R\$ 220.000. Na data, ela estimativa utilizar a máquina por cinco anos e vende-la por R\$ 20.000.

A sociedade empresária estimava utilizar a máquina para produzir um milhão de canetas, do seguinte modo:

- 2015: 70.000
- 2016: 100.000
- 2017: 250.000
- 2018: 250.000
- 2019: 300.000
- 2020: 30.000.

Assinale a opção que indica o valor da depreciação acumulada da sociedade empresária, em 31/12/2017, admitindo que esta usa o método do benefício gerado para depreciar os seus ativos imobilizados e que as previsões se confirmaram.

- a) R\$ 50.000,00.
- b) R\$ 70.000,00.
- c) R\$ 84.000,00.
- d) R\$ 92.400,00.
- e) R\$ 100.000,00.

Resolução:

Em 01/06/2015, uma sociedade empresária comprou uma máquina para produção de canetas por R\$ 220.000. Na data, ela estimativa utilizar a máquina por cinco anos e vende-la por R\$ 20.000.

Pelo método de depreciação pelo benefício gerado, não vamos levar em consideração a vida útil estipulada. Basta pegar a estimativa de produção anual e multiplicar pela quantidade máxima de produção.

A máximo de produção é R\$ 220.000,00 - R\$ 20.000,00 residual = R\$ 200.000,00.



2015 = $0,070 \times 200.000 = 14.000$
 2016 = $0,10 \times 200.000 = 20.000$
 2017 = $0,25 \times 200.000 = 50.000$

Depreciação em 2017 = R\$ 84.000,00

Gabarito: C.

14. A Cia. Aérea Voe Sul possui um grupo de ativos, componentes de uma unidade geradora de caixa, cujo valor contábil está demonstrado da seguinte forma:

Valor de aquisição:.....	R\$ 970.000,00
Depreciação Acumulada:.....	(R\$ 540.000,00)
Valor contábil:.....	R\$ 430.000,00

Procedendo-se o teste de recuperabilidade do valor do grupo de ativos, foram obtidas as seguintes estimativas:

Valor em uso do grupo de ativos:.....	R\$ 418.500,00
Valor justo do grupo de ativos:.....	R\$ 421.700,00

Em consequência, a companhia deverá registrar em sua contabilidade uma perda de ativos no valor de:

- a) R\$ 0,00
- b) R\$ 8.300,00
- c) R\$ 9.400,00
- d) R\$ 10.600,00
- e) R\$ 11.500,00

Resolução:

A questão trata o teste de recuperabilidade (impairment test) de ativos imobilizados. Esse teste faz parte das atualizações ocorridas na contabilidade nos últimos anos. Veja como consta na Lei 6.404/76:

*Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:
 § 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)
 [...]*

Temos ainda o CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos, 2012) o qual traz o conceito de valor recuperável, vejamos:

Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

Perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

O objetivo do teste é assegurar que os ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Isso pode acontecer caso o valor contábil do ativo esteja maior que o valor a ser recuperado pelo seu uso ou pela venda desse ativo. **Para encontrar o valor recuperável é preciso fazer a comparação entre o valor justo líquido das despesas de venda e o seu valor em uso e verificar qual deles é o maior.** Esse será o valor recuperável para fins do teste de recuperabilidade. Caso esse valor seja menor que o valor contábil, deve-se registrar uma perda pela diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.



Dito isso, podemos resolver a questão.

Valor contábil da unidade gerador de caixa: 430.000

Valor Recuperável: Maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda, logo:

421.700 > 418.500. Aquele será o valor recuperável.

Já que o valor recuperável é menor que o valor contábil (430.000) devemos lançar uma desvalorização do ativo pela diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Ficaria assim:

Perda por Desvalorização = 430.000 - 421.700 → 8.300

Gabarito: B.

15. De acordo com os preceitos contábeis atuais, assinale a alternativa que indica uma das condições que se apresenta correta para o reconhecimento de uma provisão.

- a) Seja ainda remota a necessidade de uma saída de caixa que requerem benefícios financeiros presentes para liquidar a possível obrigação.
- b) Que haja dúvida quanto a uma estimativa confiável do valor do passivo.
- c) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado.
- d) Haja de fato uma saída de recursos possível, mas não provável (mais provável que não do que sim).
- e) Parte da obrigação onde se espera a liquidação por outras partes é tratada como contas a pagar.

Resolução:

LETRA "A" e "D" - INCORRETAS

---> Para reconhecimento da provisão, a saída de recursos precisa ser **provável**.

LETRA "B" - INCORRETA

---> Para reconhecimento da provisão, o valor da obrigação é **estimado de forma confiável**.

LETRA "C" - CORRETA

De acordo com o CPC 25, os **requisitos cumulativos** para fins de reconhecimento da provisão são:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;*
- b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; E*
- c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.*

LETRA "E" - INCORRETA

De acordo com o CPC 25, quando existe a possibilidade da **empresa responder solidariamente pela obrigação**, a responsabilidade da **outra parte** é tratada como **passivo contingente**, enquanto que a **parte da empresa (se for provável)** é reconhecida como **provisão**.

29. Quando a entidade for conjunta e solidariamente responsável por obrigação, a parte da obrigação que se espera que as outras partes liquidem é tratada como passivo contingente. A entidade reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, exceto em circunstâncias extremamente raras em que nenhuma estimativa suficientemente confiável possa ser feita.

Gabarito: C.



16. Acerca da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), assinale a alternativa correta.

- a) A DLPA evidenciará o montante de dividendos por ação do capital social.
- b) A DLPA não evidenciará a reserva de lucros a realizar.
- c) A DLPA deverá ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).
- d) A DLPA não evidenciará a distribuição de dividendos.
- e) A DLPA não evidenciará a parcela dos lucros incorporada ao capital social.

Resolução:

- a) A DLPA evidenciará o montante de dividendos por ação do capital social.
CERTO: Segundo a Lei 6.404/76:

Art. 186 § 2º A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.

- b) A DLPA ~~não evidenciará~~ a reserva de lucros a realizar.

ERRADO: A estrutura da DLPA prevê a linha chamada "transferência para reservas de lucros", onde será efetuada a destinação do lucro. Nisso, a DLPA evidenciará a reserva de lucros a realizar.

*Art. 186. A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará:
II - as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;*

- c) A DLPA ~~deverá ser~~ incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).
ERRADO: Trata-se de uma faculdade, e não de uma imposição da Lei 6.404/76:

Art. 186 § 2º A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.

- d) A DLPA ~~não evidenciará~~ a distribuição de dividendos.

ERRADO: Segundo a Lei 6.404/76:

*Art. 186. A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará
III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.*

- e) A DLPA ~~não evidenciará~~ a parcela dos lucros incorporada ao capital social.

ERRADO: Segundo a Lei 6.404/76:

*Art. 186. A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará
III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.*

Gabarito: A.

17. As demonstrações contábeis retratam os efeitos patrimoniais e financeiros das transações e outros eventos, por meio de seu grupamento em classes amplas, de acordo com as suas características econômicas.

A demonstração das mutações na posição financeira usualmente reflete os elementos

- a) do balanço patrimonial.
- b) da demonstração do valor adicionado.
- c) da demonstração do resultado.
- d) do demonstrativo de fluxos de caixa.



Resolução:

Segundo o CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, os elementos diretamente relacionados ao Balanço Patrimonial são os ativos e passivos, ao mesmo tempo em que receitas e despesas estão diretamente relacionados à Demonstração do Resultado, todavia, a demonstração das mutações na posição financeira reflete os elementos da Demonstração do Resultado, sem possuir elemento diretamente relacionado a ela. Vejamos o parágrafo do CPC:

4.2 As demonstrações contábeis retratam os efeitos patrimoniais e financeiros das transações e outros eventos, por meio do grupamento dos mesmos em classes amplas de acordo com as suas características econômicas. Essas classes amplas são denominadas de elementos das demonstrações contábeis. Os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira no balanço patrimonial são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Os elementos diretamente relacionados com a mensuração do desempenho na demonstração do resultado são as receitas e as despesas. A demonstração das mutações na posição financeira usualmente reflete os elementos da demonstração do resultado e as alterações nos elementos do balanço patrimonial. Assim, esta Estrutura Conceitual não identifica qualquer elemento que seja exclusivo dessa demonstração.

Gabarito: C.

19. A Demonstração dos Fluxos de Caixa é uma demonstração obrigatória segundo a Lei no 6.404/76 e a Norma Brasileira de Contabilidade TG 26 (R4) do Conselho Federal de Contabilidade. Os fluxos de caixa das atividades operacionais podem ser obtidos pelo método direto ou indireto. São dadas, em R\$, as seguintes informações em relação a uma determinada companhia no ano de 2017:

Lucro Líquido do Exercício	855.000,00
Despesas de Amortização do Ativo Intangível	47.000,00
Reversão de provisões	32.500,00
Aumento de Contas a Pagar	90.000,00
Diminuição de Tributos a Pagar	39.500,00
Diminuição de Recebíveis de Curto Prazo	27.000,00
Aumento de Estoques	15.500,00

Com essas informações, é possível concluir que o fluxo de caixa das atividades operacionais da companhia citada no exercício de 2017 representou uma entrada líquida de recursos equivalentes, em R\$, a

- a) 931.500,00.
- b) 917.000,00.
- c) 869.500,00.
- d) 855.000,00.
- e) 807.500,00.

Resolução:

Questão solicita o Caixa Líquido Gerado pelas **Atividades Operacionais**.

De acordo com o CPC 03, a Demonstração do fluxo de caixa (DFC), relativamente às **atividades operacionais**, pode ser calculada de duas maneiras (Item 18):

- o **método direto**, segundo o qual as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos são divulgadas;
- o **método indireto**, segundo o qual o **lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa**, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa

operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De modo prático, o cálculo do FCO pelo método indireto consistirá em:

Ajuste na DRE	Devemos eliminar itens que não representem fluxo de caixa, e os que representem fluxo de investimento e de financiamento. Se houver aumento indevido: devemos subtrai-lo Se houver diminuição indevida: devemos somá-lo	
Ajuste no BP	No BP temos que somar/diminuir ao Lucro Líquido ajustado (LLA) as variações de ativo e passivo	
	Variação do AC: Positiva: diminuição do LLA Negativa: aumento do LLA	Variação do PC Positiva: aumento do LLA Negativa: diminuição do LLA

Faremos o fluxo de caixa operacional (FCO) pelo método indireto:

Ajustes na DRE		
Lucro Líquido	855.000	
Despesas de Amortização	47.000	<i>Não é fluxo de caixa</i>
Reversão de provisões	(32.500)	<i>Não é fluxo de caixa</i>
(=) Lucro líquido ajustado (LLA)	869.500	
Ajustes no BP		
Diminuição de Recebíveis de Curto Prazo	27.000	<i>Variação das contas do Ativo</i>
Aumento Estoques	(15.500)	
Aumento de Contas a Pagar	90.000	<i>Variação das contas do Passivo</i>
Diminuição de Tributos a Pagar	(39.500)	
(=) Fluxo de caixa operacional	931.500	

Gabarito: C.

20. Ocorreu promulgação de diversos instrumentos jurídicos que impactaram a elaboração das demonstrações contábeis como a Lei nº 11.638/2007 e a Lei nº 11.941/2009. Quanto às demonstrações contábeis elaboradas após estes instrumentos jurídicos, não é correto afirmar o seguinte:

- a Lei das Sociedades anônimas obriga à comparação das demonstrações contábeis dos dois exercícios, ou seja, do anterior e o da data base em que os demonstrativos foram elaborados.
- a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) não era obrigatória no Brasil, mas após a Lei nº 11.638/2007 passou a ser obrigatória para as companhias abertas.
- a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é obrigatória para as sociedades anônimas, e o Conselho Federal de Contabilidade tornou obrigatória para as demais sociedades.
- a Demonstração do Resultado Abrangente (DRE) deve demonstrar, entre outros fatos econômicos, certos ajustes de instrumentos financeiros e variações cambiais de investimentos no exterior.
- a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) deve demonstrar a geração de riqueza da empresa e sua distribuição pelos fatores de produção, capital, trabalho e governo.

Resolução:

Vejamos as assertivas abaixo de acordo com as atuais legislações contábeis:

- a)** a Lei das Sociedades anônimas obriga à comparação das demonstrações contábeis dos dois exercícios, ou seja, do anterior e o da data base em que os demonstrativos foram elaborados.

CORRETO. As demonstrações apresentadas ao final de cada exercício terão os respectivos saldos relativos ao exercício anterior, conforme §1º do art. 176.

b) a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) não era obrigatória no Brasil, mas após a Lei nº 11.638/2007 passou a ser obrigatória para as companhias abertas.

CORRETO. Uma das principais alterações promovidas pela lei 11.638/07 foi a inclusão da demonstração do valor adicionado para companhias abertas.

c) a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é obrigatória para as sociedades anônimas, e o Conselho Federal de Contabilidade tornou obrigatória para as demais sociedades.

CORRETO. A lei 11.338/07 tornou obrigatória a demonstração do fluxo de caixa para todas as companhias abertas. Para as fechadas, a obrigatoriedade é para as de patrimônio líquido igual ou superior a 2 milhões. Já o CPC 03, em seu alcance, determina que a DFC seja elaborada para todas as entidades, devido a importância da gestão do fluxo de caixa.

d) a Demonstração do Resultado Abrangente (DRE) deve demonstrar, entre outros fatos econômicos, certos ajustes de instrumentos financeiros e variações cambiais de investimentos no exterior.

CORRETO. A demonstração do resultado é responsável por evidenciar as receitas e despesas do período de uma empresa. Certos ajustes em instrumentos financeiros e variações cambiais podem gerar receita ou despesa para a entidade, sendo necessária a sua contabilização na demonstração contábil.

e) a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) deve demonstrar a geração de riqueza da empresa e sua distribuição pelos fatores de produção, capital, trabalho e governo.

ERRADO. A banca confundiu a finalidade da demonstração do resultado com a demonstração do valor adicionado. Essa última tem um efeito macroeconômico, demonstrando toda riqueza que foi gerada pela empresa e a forma como ela foi distribuída para o governo, sociedade, empregados, etc.

Gabarito: E.

21. As notas explicativas devem indicar

- a taxa de juros, as datas de vencimento e o montante dos créditos e débitos de longo prazo.
- o aumento e a redução de elementos patrimoniais resultantes de novas avaliações.
- os ajustes anteriores à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados da companhia.
- os ajustes de exercícios anteriores, bem como os investimentos em outras sociedades, quando relevantes.

Resolução:

Questão trata das informações que devem ser divulgadas em notas explicativas, conforme consta na Lei 6.404/76. Podemos encontrar essas informações no art. 176, em seu § 5º inciso IV. Vejamos:

§ 5º As notas explicativas devem:

IV – Indicar:

- os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
- os investimentos em outras sociedades, quando relevantes** (art. 247, parágrafo único);
- o aumento de valor de elementos do ativo** resultante de novas avaliações (art. 182, § 3º);
- os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- a taxa de juros, as datas de vencimento e **as garantias das obrigações a longo prazo**;
- o número, espécies e classes das ações do capital social;
- as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- os ajustes de exercícios anteriores** (art. 186, § 1º);

i) **os eventos subsequentes** à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.
Dessa forma, vejamos as alternativas:

As notas explicativas devem indicar

a) a taxa de juros, as datas de vencimento e o montante dos créditos e débitos de longo prazo. **Errado**

Conforme alínea e), são as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações de longo prazo.

b) o aumento e a redução de elementos patrimoniais resultantes de novas avaliações. **Errado**
Conforme alínea c), são apenas os aumentos de valor dos elementos do ATIVO resultantes de novas avaliações.

c) os ajustes anteriores à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados da companhia. **Errado**

Conforme alínea i), são os eventos subsequentes, eventos que ocorreram após a data de encerramento do exercício, que devem ser objetos de evidenciação em notas explicativas, atendendo aos critérios estabelecidos na referida alínea.

d) os ajustes de exercícios anteriores, bem como os investimentos em outras sociedades, quando relevantes. **Correto**

Está de acordo com as alíneas b) e h).

Gabarito: D.

22. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, a administração de uma entidade deve se valer de julgamento para determinar a moeda funcional que representa com maior fidedignidade os efeitos econômicos das transações, eventos e condições subjacentes.

As opções a seguir listam os fatores que podem servir como evidência para determinar a moeda funcional de uma entidade, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) A moeda que mais influencia os preços de venda de bens e serviços.
- b) A moeda do país cujas forças competitivas e regulações mais influenciam na determinação dos preços de venda para seus bens e serviços.
- c) A moeda que mais influencia fatores, como mão de obra, matéria prima e outros custos, para o fornecimento de bens ou serviços.
- d) A moeda por meio da qual são originados recursos das atividades de financiamento.
- e) A moeda do país de residência dos sócios da entidade.

Resolução:

Questão aborda sobre o tema moeda funcional. O CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis trata do assunto e afirma o seguinte:

A moeda funcional será aquela:

- a) que mais influencia os preços de venda de bens e serviços (geralmente é a moeda na qual os preços de venda para seus bens e serviços estão expressos e são liquidados); **(ALTERNATIVA "A")**
- b) do país cujas forças competitivas e regulações mais influenciam na determinação dos preços de venda para seus bens e serviços; **(ALTERNATIVA "B")**



c) que mais influencia fatores como mão de obra, matéria-prima e outros custos para o fornecimento de bens ou serviços (geralmente é a moeda na qual tais custos estão expressos e são liquidados). (**ALTERNATIVA "C"**)

d) por meio da qual são originados recursos das atividades de financiamento (exemplo: emissão de títulos de dívida ou ações). (**ALTERNATIVA "D"**)

e) por meio da qual os recursos gerados pelas atividades operacionais são usualmente acumulados.

Percebe-se que a residência dos sócios em nada influencia na moeda funcional. Portanto, alternativa "E" é o nosso gabarito!

Gabarito: E.

23. Qual é o nome da operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar uma nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações?

- a) Cisão
- b) Fusão
- c) Incorporação
- d) Transformação

Resolução:

Vamos analisar os itens:

a) Cisão

INCORRETO. Em desacordo com o conceito de Cisão, conforme Lei 6404/76:

Art. 229. A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão.

b) Fusão

CORRETO. Exatamente, representa o conceito de fusão, conforme Lei 6404/76:

Art. 228. A fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.

c) Incorporação

INCORRETO. Em desacordo com o conceito de Incorporação, conforme Lei 6404/76:

Art. 227. A incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.

d) Transformação

INCORRETO. A transformação de sociedade é a alteração do tipo societário presente.

Gabarito: B.

24. A demonstração dos fluxos de caixa deve apresentar os fluxos de cada período, classificados por atividades

- a) de lucratividade, de aplicações e de financiamento.
- b) de economicidade, operacionais e financeiras.
- c) de investimento, de financiamento e econômicas.
- d) operacionais, de investimento e de financiamento.
- e) econômicas, financeiras e de investimento



Resolução:

O CPC 03 (R2) - Demonstraçao dos Fluxos de Caixa dispõe sobre os requisitos para a elaboração da DFC. De acordo com o Pronunciamento, os **fluxos de caixa de cada período devem ser classificados por atividades operacionais**, de investimento e de Financiamento, confirmando, portanto, o **gabarito da banca (letra D)**.

Todas as outras alternativas são tentativas de confundir o candidato. Para resolver esta questão, basta apenas o conhecimento das atividades apresentadas na Demonstraçao dos Fluxos de Caixa. Apenas para complemento da teoria, as atividades são:

- **Operacionais:** São as **atividades principais**, regulares da entidade. Conforme o CPC 03, são também outras atividades que não são de investimento, nem de financiamento.
- **De Investimento:** São relacionadas a compra e venda de **ativos de longo prazo e outros investimentos**, como um investimento em uma coligada.
- **De Financiamento:** São atividades que **modificam o tamanho e a composição do capital próprio** (patrimônio líquido) e **de terceiros** (passivo exigível). Alguns exemplos são os empréstimos e integralização de capital.

Gabarito: D.**25. A perda cambial com empréstimos em moeda estrangeira é classificada na Demonstraçao do Valor Adicionado - DVA como:**

- a) Redutor da receita bruta.
- b) Remuneração de capitais próprios.
- c) Remunerações de capitais de terceiros.
- d) Valor adicionado recebido em transferência.

Resolução:

A questão trata da classificação da perda com variação cambial na Demonstraçao do Valor Adicionado (DVA). Primeiramente, a DVA tem como função proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações sobre a riqueza produzida pela entidade em determinado período de tempo e de que maneira essa riqueza é distribuída.

Dentre as formas de geração de riqueza de uma entidade, temos:

Receitas;

Insumos adquiridos de terceiros;

Valor Adicionado Recebido em Transferência.

Como forma de distribuição temos:

Pessoal;

Impostos, taxas e contribuições;

Remuneração de capitais de terceiros; e

Remuneração de capitais próprios.

De acordo com o CPC 09 - Demonstraçao do Valor Adicionado, as variações cambiais passivas (despesas com variação cambial) são classificadas no grupo Remuneração de Capital de Terceiros, que abrange juros pagos, aluguéis, royalties e outros. Vejamos o que diz o CPC 09 a esse respeito:

Remuneração de capitais de terceiros - valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital.

- *Juros - inclui as despesas financeiras, inclusive as variações cambiais passivas, relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras formas de obtenção de recursos. Inclui os valores que tenham sido capitalizados no período.*



- *Aluguéis - inclui os aluguéis (inclusive as despesas com arrendamento operacional) pagos ou creditados a terceiros, inclusive os acréscimos aos ativos.*
- *Outras - inclui outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, tais como royalties, franquia, direitos autorais, etc.*

Conforme visto acima, as despesas com variação cambial são classificadas como remuneração de capital de terceiros. Caso a variação cambial fosse positiva, em favor da entidade, seria classificada em Valor Adicionado Recebido em Transferência, especificamente em "Receitas Financeiras". Agora, vamos as alternativas:

A perda cambial com empréstimos em moeda estrangeira é classificada na Demonstração do Valor Adicionado - DVA como:

- a) Redutor da receita bruta.

Alternativa errada

A receita bruta refere-se ao valor total das receitas da entidade, incluindo o valor relativos aos impostos. Desse valor é que iremos subtrair os insumos adquiridos de terceiros para encontrarmos o valor adicionado bruto.

- b) Remuneração de capitais próprios.

Alternativa errada

Remuneração de capitais próprios são valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas, como juros sobre capital próprio, e dividendos.

- c) Remunerações de capitais de terceiros.

Alternativa correta

- d) Valor adicionado recebido em transferência.

Alternativa errada

Valor adicionado recebido em transferência representa a riqueza que não tenha sido criada pela própria entidade, e sim por terceiros, e que a ela é transferida, como por exemplo receitas financeiras (juros, variações cambiais ativas), de equivalência patrimonial, dividendos, aluguel, royalties, etc. Precisa ficar destacado, inclusive para evitar dupla-contagem em certas agregações.

Gabarito: C.

26. Analise as afirmativas abaixo sobre uma empresa de manufatura e classifique cada uma das informações em: (C) Custos, (D) Despesa, (I) Investimento e (P) Perda.

- () Consumo de energia elétrica na linha de produção.
 () Manutenção do sistema de Recursos Humanos.
 () Compra de embalagens.
 () Comissões proporcionais as vendas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) C, D, I, D
 b) C, D, C, D
 c) D, D, C, D
 d) C, D, C, C

Resolução:

Com relação a contabilidade de custos, vejamos os itens abaixo para classificá-los em custos, despesas, investimentos ou perdas.

- O custo está diretamente ligado a produção.
- Despesas são gastos que envolvem a continuidade do negócio.



- As perdas são gastos imprevistos e que não trazem retorno algum para a empresa.
- O investimento é outro tipo de gasto, porém é como uma aplicação de recursos. Na qual há a expectativa de retorno financeiro futuramente.

() Consumo de energia elétrica na linha de produção.

CUSTO. Linha de produção da empresa.

() Manutenção do sistema de Recursos Humanos.

DESPESA. Gastos para a continuidade do negócio.

() Compra de embalagens.

INVESTIMENTO. Expectativa de retorno financeiro.

() Comissões proporcionais as vendas.

DESPESA. Gastos para continuidade dos negócios.

Gabarito: A.

27. Uma indústria apresentou a seguinte relação contendo seus custos e despesas em um determinado período. Observe.

Descrição	R\$
Materiais Diretos	350.000,00
Materiais Indiretos	70.000,00
Mão de Obra Direta	280.000,00
Mão de Obra Indireta	45.000,00
Aluguel da Fábrica	60.000,00
Manutenção das Máquinas	9.000,00
Comissão sobre Vendas	15.000,00
Seguro da Fábrica	29.000,00
Marketing	12.000,00
Depreciação das Máquinas	62.000,00
Gastos com Limpeza da Fábrica	27.000,00
Energia Elétrica Consumida na Fábrica	34.000,00

O custo de fabricação, o custo primário e o custo de transformação têm, respectivamente, os valores de:

- R\$ 930.000,00; R\$ 642.000,00; R\$ 580.000,00.
- R\$ 930.000,00; R\$ 642.000,00; R\$ 616.000,00.
- R\$ 966.000,00; R\$ 630.000,00; R\$ 580.000,00.
- R\$ 966.000,00; R\$ 630.000,00; R\$ 616.000,00.

Resolução:

O custo de fabricação corresponde a todos os gastos relacionados com a produção do produto. Ou seja, devemos incluir materiais diretos e indiretos, mão de obra direta e indireta, e os custos relacionados com **fábrica e máquinas**.

O custo **primário** corresponde à soma dos custos com **matéria-prima (materiais diretos)** e **mão de obra direta**.

O custo de **transformação** corresponde aos custos de produção menos os custos de matéria-prima. São os custos dos **esforços da empresa** na fabricação do produto.

Portanto, vamos classificar os gastos fornecidos pela banca:

Descrição	R\$	
Materiais Diretos	350.000,00	Custo de fabricação, Custo primário
Materiais Indiretos	70.000,00	Custo de fabricação, Custo de transformação
Mão de Obra Direta	280.000,00	Custo de fabricação, Custo primário, Custo de transformação
Mão de Obra Indireta	45.000,00	Custo de fabricação, Custo de transformação
Aluguel da Fábrica	60.000,00	Custo de fabricação, Custo de transformação
Manutenção das Máquinas	9.000,00	Custo de fabricação, Custo de transformação
Comissão sobre Vendas	15.000,00	Despesa
Seguro da Fábrica	29.000,00	Custo de fabricação, Custo de transformação
Marketing	12.000,00	Despesa
Depreciação das Máquinas	62.000,00	Custo de fabricação, Custo de transformação
Gastos com Limpeza da Fábrica	27.000,00	Custo de fabricação, Custo de transformação
Energia Elétrica Consumida na Fábrica	34.000,00	Custo de fabricação, Custo de transformação

Somando todos os custos de fabricação, temos:

Descrição	
Materiais Diretos	350.000,00
Materiais Indiretos	70.000,00
Mão de Obra Direta	280.000,00
Mão de Obra Indireta	45.000,00
Aluguel da Fábrica	60.000,00
Manutenção das Máquinas	9.000,00
Seguro da Fábrica	29.000,00
Depreciação das Máquinas	62.000,00
Gastos com Limpeza da Fábrica	27.000,00
Energia Elétrica Consumida na Fábrica	34.000,00
TOTAL	996.000,00

Veja que já podemos eliminar duas alternativas (A e B).

Agora, vamos calcular os custos primários:

Descrição	R\$
Materiais Diretos	350.000,00
Mão de Obra Direta	280.000,00
TOTAL	630.000,00

Ainda não podemos marcar o gabarito. Portanto, temos que saber qual é o custo de transformação, que é o custo de produção total, menos os custos com matéria-prima, que são os materiais diretos. Portanto, basta subtrairmos o valor dos materiais diretos do custo de fabricação:

Custo de transformação: 996.000 - 350.000 = R\$ 616.000,00

Gabarito: D.

28. A Cia. dos Amores, ao analisar o processo de produção e venda de seu único produto no mês de janeiro de 2019, obteve as seguintes informações:

- Custos fixos: R\$ 330.000,00.
- Custos variáveis: R\$ 40,00 por unidade.
- Despesas fixas: R\$ 60.000,00.
- Despesas variáveis: R\$ 15,00 por unidade.
- Preço bruto de venda: R\$ 300,00 por unidade.
- Comissões de venda: 5% do preço bruto de venda.
- Impostos sobre a Venda: 10% do preço bruto de vendas.

Sabendo que não havia estoques no início de janeiro de 2019, que a Cia. dos Amores produziu integralmente 6.000 unidades nesse mês e utiliza o método de custeio por absorção, o custo unitário da produção no mês de janeiro de 2019 foi, em reais,

- a) 40,00.
- b) 95,00.
- c) 55,00.
- d) 105,00.
- e) 120,00.

Resolução:

Questão sobre Método de Custo por Absorção. No Método de Custo por Absorção, a principal característica é a **apropriação aos custos dos estoques de TODOS os custos fixos e variáveis**. As **despesas** serão apropriadas ao **resultado**.

A questão pede para calcularmos o **custo unitário**.

Os seguintes valores são classificados como custos, e serão usados para se chegar ao valor do custo unitário solicitado do enunciado:

- Custos fixos: R\$ 330.000,00.
- Custos variáveis: R\$ 40,00 por unidade.

$$\text{Custo unitário} = (330.000 / 6.000 \text{ unidades}) + 40 = 95,00$$

Gabarito: B.

29. "...é um método de apuramento de custos na contabilidade, que proporciona uma análise separada pelas diferentes atividades da empresa...Também é chamado de "ABC", e oferece aos utilizadores da informação contábil uma avaliação de desempenho por cada etapa que se queira analisar."

A qual método contábil o trecho acima refere-se:

- a) Custo por absorção.
- b) Custo baseado em desempenho.
- c) Custo baseado em atividades.
- d) Custo por avaliação.

Resolução:

a) Custo por absorção.

INCORRETA: o sistema de custo por absorção consiste na apropriação aos produtos de todos os custos de produção incorridos, sejam fixos, variáveis, diretos ou indiretos.

Esse método, apesar de aceito pela contabilidade oficial e para fins fiscais, não analisa as atividades da empresa pra apropriar os custos indiretos.

b) Custo baseado em desempenho.

INCORRETA: não é um sistema de custeamento.

c) Custo baseado em atividades.

CORRETA: o sistema do custo baseado em atividades (ou ABC) analisa as atividades significativas desenvolvidas na empresa, com vistas à atribuição mais criteriosa dos custos indiretos. A fim de reduzir a arbitrariedade do rateio dos custos indiretos, estes são inicialmente atribuídos às atividades e depois aos produtos.

Assim, a principal diferença entre o ABC e os sistemas tradicionais (custo por absorção e o custo variável) está no tratamento dos custos indiretos de fabricação.

d) Custeio por avaliação.

INCORRETA: não é um sistema de custeamento.

Gabarito: C.

30. No sistema de custos, o método de custeio refere-se ao método de apropriação de custos e está associado ao processo de identificação e associação do custo ao objeto custeado. Nesse sentido, o método que consiste na apropriação dos custos de produção e das despesas aos produtos e serviços é o custeio

- a) direto.
- b) variável.
- c) por absorção.
- d) pleno.
- e) por atividade.

Resolução:

- a) direto.
- b) variável.

INCORRETAS - no **custeio variável ou direto** somente os **custos variáveis** são apropriados aos produtos. Os custos fixos vão para a demonstração de resultado como despesa. Esse custeio fere o princípio da Competência e é usado apenas para fins gerenciais.

c) por absorção

INCORRETA - no **método de custeio por absorção** todos os **custos de produção**, sejam fixos, variáveis, diretos ou indiretos, são apropriados aos produtos. É o método aceito que respeita o princípio da Competência

d) pleno

CORRETA - no **sistema de custeio pleno ou integral ou RKW** todos os **custos e despesas** são apropriados aos produtos fabricados. Esses custos e despesas são custos diretos e indiretos, fixos e variáveis, de comercialização, de distribuição, de administração em geral etc. Note que, diferentemente do custeio por absorção, no custeio pleno é apropriado as despesas aos produtos.

e) por atividade

INCORRETA - no **método do custeio baseado em atividades (método ABC)** os **custos indiretos** são apropriados às atividades e depois aos produtos, através de direcionadores. Esse processo implica uma redução de arbitrariedade no rateio dos custos indiretos.

Gabarito: D.

31. Em geral entende-se receita pública como todo ingresso de recurso nos cofres públicos, mas nem todo ingresso corresponde a uma receita orçamentária que pode ser utilizada como fonte de financiamento das ações públicas.

Uma das características dos chamados ingressos extraorçamentários é que:

- a) constituem dívida fundada do ente;
- b) possuem caráter compensatório e não devolutivo;
- c) podem ser destinados à cobertura de créditos extraordinários;
- d) são registrados como excesso de arrecadação;
- e) suas restituições não se sujeitam à autorização legislativa.

Resolução:

Vejamos o disposto no MCASP 8ª Edição:



Ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA). Por serem constituídos por ativos e passivos exigíveis, os ingressos extraorçamentários, em geral, não têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade.

Analizando os itens:

a) constituem dívida fundada do ente;

INCORRETO. Na verdade, tais ingressos integram a dívida flutuante pois não necessitam de autorização legislativa, conforme Decreto 93872/86:

Art. 115 § 1º A dívida flutuante compreende os compromissos exigíveis, cujo pagamento independe de autorização orçamentária, assim entendidos:

b) possuem caráter compensatório e não devolutivo;

INCORRETO. Pelo contrário, os ingressos extraorçamentários possuem caráter devolutivo.

c) podem ser destinados à cobertura de créditos extraordinários;

INCORRETO. Tais recursos não podem ser destinados a esta finalidade, inclusive os créditos extraordinários não precisam indicar a fonte de recursos para a sua abertura.

d) são registrados como excesso de arrecadação;

INCORRETO. Excesso de arrecadação ocorre apenas para as receitas orçamentárias, quando as receitas realizadas (orçamentárias) forem superiores às receitas previstas (orçamentárias).

e) suas restituições não se sujeitam à autorização legislativa.

CORRETO. Exatamente como vimos acima, não é necessária a autorização legislativa para ocorrer a restituição dos ingressos extraorçamentários.

Gabarito: E.

32. De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, julgue os próximos itens.

I A classificação das transferências como corrente ou de capital independe da destinação dos recursos no órgão ou na entidade recebedora.

II Os empenhos com vigência plurianual que não tenham sido liquidados deverão ser inscritos como restos a pagar apenas no último ano da vigência do crédito.

III Subvenções sociais destinam-se ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Resolução:

Vamos analisar os itens:

I A classificação das transferências como corrente ou de capital independe da destinação dos recursos no órgão ou na entidade recebedora.

INCORRETO. Pelo contrário, para classificar uma transferência como corrente ou de capital deve ser considerado qual destinação dos recursos. Sendo que as transferências correntes não há uma contraprestação direta em bens, enquanto as transferências de capital são destinadas a investimentos ou inversões financeiros de outros entes públicos, conforme Lei 4320/64:

*Art. 12 § 2º Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais **não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços**, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.*

*§ 6º São Transferências de Capital as **dotações para investimentos ou inversões financeiras** que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.*

II Os empenhos com vigência plurianual que não tenham sido liquidados deverão ser inscritos como restos a pagar apenas no último ano da vigência do crédito.

CORRETO. Perfeito, item de acordo com o disposto na Lei 4320/64:

Art. 36 Parágrafo único. Os empenhos que sorvem a conta de créditos com vigência plurianual, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito.

III Subvenções sociais destinam-se ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais.

INCORRETO. Trata-se de item classificado como Subvenção **Econômica**, conforme Lei 4320/64:

*Art. 18 Parágrafo único. Consideram-se, igualmente, como subvenções **econômicas**:*

b) as dotações destinadas ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais.

Gabarito: B.

33. Suponha que o Município tenha contratado serviços de recapeamento de vias públicas e, ao final do exercício, tendo ocorrido o empenho dos recursos destinados às despesas correspondentes bem como a medição e atestação dos serviços realizados, não logrou efetuar o pagamento devido ao contratado pelos serviços efetivamente realizados. Considerando o regime constitucional e legal vigente para execução das despesas públicas, o Município deverá

- anular a liquidação de tais despesas, a qual deverá ser repetida no exercício seguinte.
- providenciar o cancelamento do empenho, em observância ao princípio da anualidade.
- inscrever tais despesas, que pertencem ao exercício findo, em restos a pagar.
- incluir dotação para pagamento de tais despesas na Lei Orçamentária do próximo exercício.
- anular as dotações que davam suporte a tais despesas e providenciar a abertura de crédito especial.

Resolução:

Percebam que a despesa foi empenhada, mas não foi paga. Isto representa um assunto **importante** que sempre costuma aparecer em prova, **são os restos a pagar**, que são despesas que foram **EMPENHADAS, mas NÃO foram PAGAS no exercício**. Conforme prevê a Lei 4320/64:

*Art. 36. Consideram-se **Restos a Pagar** as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia **31 de dezembro** distinguindo-se as **processadas** das **não processadas**.*

Sendo sua classificação:

- **Processados** - Passou pela fase de Liquidação.
- **Não processados** - Despesa **NÃO liquidada**.

Vamos analisar as assertivas:



a) anular a liquidação de tais despesas, a qual deverá ser repetida no exercício seguinte.

INCORRETA. Com certeza não, a despesa ocorreu no Exercício X, assim não podemos anular a Liquidação e procedê-la no exercício seguinte, O Exercício Financeiro a que pertence esta despesa deve ser respeitado!!

b) providenciar o cancelamento do empenho, em observância ao princípio da anualidade.

INCORRETA. Da mesma forma, não podemos cancelar o empenho pois a despesa pertence a este exercício e não ao exercício seguinte!

c) inscrever tais despesas, que pertencem ao exercício findo, em restos a pagar.

CORRETA. Perfeito, como já passou pela fase de empenho e não ocorreu o pagamento, trata-se da inscrição em restos a pagar!

d) incluir dotação para pagamento de tais despesas na Lei Orçamentária do próximo exercício.

INCORRETA. A dotação orçamentária já foi utilizada e pertence ao exercício em que foi realizado empenho, pois isto não há necessidade de se incluir uma nova dotação!

e) anular as dotações que davam suporte a tais despesas e providenciar a abertura de crédito especial.

INCORRETA. Totalmente invenção da banca, por qual motivo se deve anular a dotação e abrir um crédito Especial (se é para novas dotações)!

Gabarito: C.

34. A tabela a seguir, com valores em R\$ mil, corresponde ao balanço patrimonial de determinada companhia em 31/12/2017.

ativo		passivo	
Circulante	1.000	circulante	600
caixa	100	salários a pagar	200
estoques	500	fornecedores	300
duplicatas a receber	400	impostos a pagar	45
não circulante	4.000	empréstimos a pagar	50
realizável a longo prazo	500	contas a pagar	5
duplicatas a receber	300	não circulante	800
empréstimos a sócios	200	financiamentos a pagar	800
imobilizado	2.000	patrimônio líquido	3.600
imóveis	1.900	capital social	3.000
móveis e utensílios	100	reservas de capital	200
investimentos	1.000	reservas de lucros	400
imóveis para renda	1.000		
intangível	500		
marcas e patentes	500		
total do ativo	5.000	total do passivo	5.000

Considerando-se esse balanço patrimonial e os índices de liquidez corrente, seca e geral da companhia em 31/12/2017, é correto afirmar que essa companhia, relativamente às obrigações de curto prazo (OBC) e à capacidade de pagamento de dívidas de curto e de longo prazo (CPDCLP), é

a) capaz de honrar suas OBC sem depender da realização financeira dos seus estoques e, no que diz respeito à CPDCLP, os indicadores apontam para situação de insolvência.

b) capaz de honrar suas OBC, desde que realize financeiramente os seus estoques e, no que diz respeito à CPDCLP, os indicadores apontam para situação de solvência.

- c) incapaz de honrar suas OBC, mas, em um cenário de longo prazo, os indicadores apontam para situação de solvência.
- d) capaz de honrar suas dívidas de curto e de longo prazo, sem necessidade da realização financeira dos seus estoques.
- e) incapaz de honrar suas OBC, mas sua capacidade de pagamento melhorará se forem considerados na análise os realizáveis e exigíveis a longo prazo.

Resolução:

A questão pede para calcularmos os índices de **Liquidez corrente, seca e geral**, cujas **fórmulas E resultados** seguem abaixo:

$$\text{Liquidez Corrente} = \text{Ativo Circulante}/\text{Passivo Circulante} \Rightarrow 1.000/600 = 1,66$$

$$\text{Liquidez Seca} = \text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}/\text{Passivo Circulante} \Rightarrow 1.000 - 500/600 = 0,83$$

$$\text{Liquidez Geral} = \text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável LP}/\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante} \Rightarrow 1.000 + 500/600 + 800 = 1,07$$

Trata-se de índices que indicam uma melhora na situação operação à medida que os resultados **sejam maiores**, sugere-se que os resultados **sejam superiores a 1**.

Dessa forma, podemos concluir que essa empresa:

- é capaz de honrar suas OBC (*Liquidez corrente é superior a 1*).
- desde que realize financeiramente os seus estoques (*Liquidez Seca é inferior a 1, o que denota dependência da entidade na venda dos estoques*).
- e, no que diz respeito à CPDCLP, os indicadores apontam para situação de solvência. (*Liquidez Geral superior a 1*).

Gabarito: B.

35. O ROI (Retorno sobre o Investimento Operacional) pode ser obtido multiplicando-se a margem operacional pelo giro do ativo operacional. NÃO contribui para o aumento do ROI:

- a) Redução do ativo operacional.
- b) Aumento do resultado operacional.
- c) Redução das despesas administrativas.
- d) Aumento da provisão do Imposto de Renda.

Resolução:

O **Retorno sobre o investimento ou sobre o ativo (ROI)** evidencia o quanto a empresa obteve de resultados em relação aos investimentos nela realizados. Vejamos:

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \text{Margem Líquida} \times \text{Giro do Ativo}$$

Os índices que possibilitam chegar no **ROI** acima possuem a seguinte equação:

$$\text{Margem Líquida} = \text{Lucro Líquido}/\text{Receita Líquida}$$

$$\text{Giro do Ativo} = \text{Receita Líquida}/\text{Ativo Total}$$

Portanto, é possível evidenciar o **ROI** simplificado, **compensando o valor da Receita Líquida**, conforme a equação a seguir:

$$\text{Rentabilidade do ativo} = \text{Lucro Líquido}/\text{Ativo total}$$

Sendo assim, para que haja aumento do ROI, é necessário que ocorra:

- **Aumento no LL**, seja pelo aumento de receitas ou redução de despesas.
- **Redução do ativo total**

Com base na exposição acima, vamos analisar cada alternativa e apontar a que se coaduna com a questão:

a) Redução do ativo operacional.

CERTO: Como ativo está no denominador da equação do ROI, para aumentá-lo é necessário que haja uma redução do ativo. Como houve essa redução do ativo operacional, o ROI será maior.

b) Aumento do resultado operacional.

CERTO: O Lucro líquido está no numerador do ROI, como o resultado operacional aumentou, a consequência lógica é um aumento no índice do ROI.

c) Redução das despesas administrativas.

CERTO: A redução das despesas administrativas implica em um LL maior, por isso, o ROI ficará maior, alternativa correta.

d) Aumento da provisão do Imposto de Renda.

ERRADO: Um aumento na despesa com IR provocará redução do LL, como consequência, o ROI diminuirá. Como a questão quer o fato que provoque um decréscimo no ROI, essa alternativa deve ser assinalada.

Rentabilidade do ativo ↓ =Lucro Líquido /↓ Ativo total

Gabarito: D.

36. Considere o balanço patrimonial da empresa de restaurantes Sabores da Minha Casa Ltda, para responder à questão.

Balanço Patrimonial findo em 31.12.2018			
Ativo Circulante	700.000,00	Passivo Circulante	400.000,00
Caixa e Bancos	100.000,00	Fornecedores	110.00,00
Aplicações financeiras	185.000,00	Empréstimos e financiamentos	75.000,00
Contas a receber de clientes	115.000,00	Impostos a recolher	85.000,00
Estoques	180.000,00	Salários a pagar	70.000,00
Adiantamentos	45.000,00	Contas a pagar	60.000,00
Demais contas a receber	75.000,00	Passivo não circulante	300.000,00
Ativo não Circulante	650.000,00	Empréstimos e financiamentos	230.000,00
Títulos a receber	350.000,00	Contas a pagar de longo prazo	70.000,00
Investimentos	120.000,00		
Ativo Imobilizado	210.000,00	Patrimônio Líquido	650.000,00
Depreciação Acumulada	(60.000,00)	Capital	400.000,00
Intangíveis	30.000,00	Reservas da capital	170.000,00
		Lucros a destinar	80.000,00
Total do ativo	1.350.000,00	Total do passivo e patrimônio líquido	1.350.000,00

Informações adicionais:

- O valor da venda líquida é de R\$ 522.000.
- O valor do lucro operacional é de R\$ 113.000
- O valor do lucro líquido é de R\$ 80.000.

A Empresa apresenta uma margem líquida de

- a) 12,31%.
- b) 15,33%.
- c) 17,38%.



- d) 18,11%.
e) 21,65%.

Resolução:

A margem líquida pode ser calculada da seguinte maneira:

$$\text{Margem Líquida} = \text{Lucro Líquido}/\text{Receita Líquida}$$

Sendo assim, vamos realizar os cálculos pertinentes para se chegar à resposta:

$$\Rightarrow 80.000/522.000 = 0,1533 \text{ ou } 15,33\%$$

Gabarito: B.
37. Quanto às decisões referentes ao planejamento e gestão do capital de giro, é correto afirmar:

- a) decisões de capital de giro estão relacionadas ao financiamento do ciclo operacional de uma entidade.
- b) não são relevantes comparativamente às decisões a respeito de compra de máquinas e equipamentos.
- c) não envolvem o aspecto de prazos de recebimento dos clientes.
- d) consideradas estáticas todas as outras variáveis, a duração do ciclo operacional não tem relação com o resultado da entidade e com o capital de giro necessário.
- e) consideradas estáticas todas as outras variáveis, quanto maior a duração do ciclo operacional, menor o volume de capital de giro necessário.

Resolução:

- a) decisões de capital de giro estão relacionadas ao financiamento do ciclo operacional de uma entidade.**

CERTO: O ciclo operacional é o intervalo de tempo que tem início quando uma indústria adquire matéria-prima, produz, vende o produto pronto e termina com o recebimento do valor referente à venda. É o período que **permite classificar um item entre curto e longo prazo**.

Por isso, o capital de giro e o ciclo operacional estão intimamente ligados, já que ciclos operacionais menores proporcionam maiores capitais de giro que, por sua vez, possibilita os maiores retornos sobre os investimentos.

Quanto mais rapidamente o dinheiro gasto retornar, e com lucro, mais rapidamente o investimento inicial do negócio será pago, o que implica em melhores índices para essa empresa.

- b) não são relevantes comparativamente às decisões a respeito de compra de máquinas e equipamentos.**

ERRADO: São relevantes sim, pois as decisões sobre compra de máquinas e equipamentos podem ser importantes para reduzir o ciclo operacional do negócio e, com isso, aumentar o capital de giro.

- c) não envolvem o aspecto de prazos de recebimento dos clientes.**

ERRADO: O ciclo operacional é o intervalo de tempo que tem início quando uma indústria adquire matéria-prima, produz, vende o produto pronto e termina com o **recebimento do valor referente à venda**. Alternativa errada

- d) consideradas estáticas todas as outras variáveis, a duração do ciclo operacional não tem relação com o resultado da entidade e com o capital de giro necessário.**

ERRADO: Conforme já vimos na alternativa "A", a duração do ciclo operacional tem sim relação com o resultado e com o capital de giro.

e) consideradas estáticas todas as outras variáveis, quanto maior a duração do ciclo operacional, **menor** o volume de capital de giro necessário.

ERRADO: É o contrário: quanto maior a duração do ciclo operacional, **maior** o volume de capital de giro necessário.

Gabarito: A.

38. A empresa pública de transportes intermunicipais do Estado contratou a firma Tradição e Consultoria para realizar auditoria das demonstrações contábeis do exercício de 2015. Concluído os trabalhos de auditoria, a opinião do auditor trata de determinar se

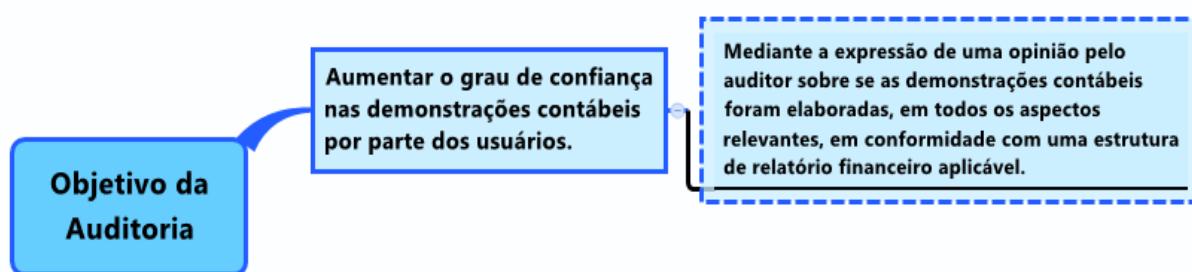
- a) o sistema de controle interno é eficiente de modo a proteger a entidade dos riscos de distorções relevantes causadas por fraudes ou erros.
- b) as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- c) a Administração conduz os negócios da entidade com eficiência e eficácia, viabilizando o futuro da entidade.
- d) as demonstrações contábeis são elaboradas por profissionais devidamente habilitados e representam adequadamente a posição patrimonial e a capacidade financeira da empresa frente as suas obrigações.
- e) as demonstrações contábeis do exercício são elaboradas de acordo com as práticas usuais para o ramo de atividade da entidade e estão livres de irregularidades causadas por atos intencionais.

Resolução:

Questão aborda os objetivos gerais do auditor, segundo a NBC TA 200. Veja:

3. O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável. No caso da maioria das estruturas conceituais para fins gerais, essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro. [...]

Esse, **certamente**, é um dos dispositivos que mais aparece em provas. Segue mapa mental para ajudá-los a memorização.



Questão extraída literalmente dessa norma. **Portanto, alternativa correta é B.**

Ressalte-se que, segundo a supracitada norma, "a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis trata de determinar se as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável. A opinião do auditor, portanto, não assegura, por exemplo, a viabilidade futura da entidade nem a eficiência ou eficácia com a qual a administração conduziu os negócios da entidade. Em algumas situações, porém, lei e regulamento aplicáveis podem exigir que o auditor forneça opinião sobre outros assuntos específicos, tais como a eficácia do controle interno ou a

compatibilidade de um relatório separado da administração junto com as demonstrações contábeis. Embora as NBC TAs incluam exigências e orientação em relação a tais assuntos na medida em que sejam relevantes para a formação de uma opinião sobre as demonstrações contábeis, seria exigido que o auditor empreendesse trabalho adicional se tivesse responsabilidades adicionais no fornecimento de tais opiniões". Essa informação torna as demais alternativas erradas.

Gabarito: B.

39. Considere os fatores abaixo.

- I. Conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade.
- II. Existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas que estejam no âmbito dos trabalhos de Auditoria Interna.
- III. O conhecimento do resultado e das providências tomadas em relação a trabalhos anteriores, semelhantes e relacionados.

Esses fatores são relevantes na execução dos trabalhos de auditoria, especificamente para a fase de

- a) planejamento.
- b) comunicação de resultados.
- c) testes de auditoria.
- d) especificação de resultados.
- e) detalhamento de achados de auditoria.

Resolução:

O planejamento do trabalho da Auditoria Interna compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade. Segundo a NBC TI 01, especificamente o item 12.2.1.2. Senão, veja-se:

12.2.1.2 – *O planejamento deve considerar os fatores relevantes na execução dos trabalhos, especialmente os seguintes:*

- a) **o conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade; (Item I)**
- b) o conhecimento detalhado das atividades operacionais e dos sistemas contábil e de controles internos e seu grau de confiabilidade da entidade;
- c) a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria interna a serem aplicados, alinhados com a política de gestão de riscos da entidade;
- d) **a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas que estejam no âmbito dos trabalhos da Auditoria Interna; (Item II)**
- e) o uso do trabalho de especialistas;
- f) os riscos de auditoria, quer pelo volume ou pela complexidade das transações e operações;
- g) **o conhecimento do resultado e das providências tomadas em relação a trabalhos anteriores, semelhantes ou relacionados; (Item III)**
- h) as orientações e as expectativas externadas pela administração aos auditores internos; e
- i) o conhecimento da missão e objetivos estratégicos da entidade. [grifo nosso]

Ao realizar o cotejo entre os itens da questão e a norma, concluiremos que todos os itens são fatores relevantes na execução dos trabalhos de auditoria, especificamente para a fase de **planejamento**. Portanto, alternativa correta é A.

Comentário das demais alternativas.

- b) comunicação de resultados: ocorre na fase final da auditoria, após a elaboração do relatório.

- c) testes de auditoria: ocorre na fase de execução da auditoria, com intuito de encontrar evidência e, assim, fundamentar a opinião do auditor.
- d) especificação de resultados: ocorre durante a elaboração do relatório de auditoria.
- e) detalhamento de achados de auditoria: ocorre durante a execução da auditoria.

Gabarito: A.

40. Nos trabalhos de auditoria independente na Companhia Distribuidora de Frutas e Legumes do Estado referente ao exercício de 2015, o auditor constatou que, no mês de novembro de 2015, foram contabilizadas duas notas fiscais de vendas com valores adulterados, para mais, em R\$ 240.000,00. De acordo com as evidências obtidas pelo auditor, as notas fiscais foram adulteradas, com o objetivo de encobrir desvio de mercadorias no estoque.

Segundo a NBC TA 240, este fato caracteriza

- a) erro na escrituração contábil.
 b) omissão de prejuízos.
 c) fraude.
 d) aumento de receita de vendas.
 e) burla no controle interno.

Resolução:

Questão recorrente nas provas de auditoria, independentemente de banca examinadora ou área. Aqui, como foi feito referência a NBC TA 240, o que você deveria observar é a intenção do agente quando da adulteração de notas fiscais. Ressalte-se que, segundo essa norma, **"fraude é o ato intencional de um ou mais indivíduos da administração, dos responsáveis pela governança, empregados ou terceiros, que envolva dolo para obtenção de vantagem injusta ou ilegal"**.

Informações contábeis fraudulentas podem decorrer do seguinte:

- Manipulação, falsificação (inclusive de assinatura) ou alteração de registros contábeis ou documentos comprobatórios que serviram de base à elaboração de demonstrações contábeis.
- Mentira ou omissão intencional nas demonstrações contábeis de eventos, operações ou outras informações significativas.
- Aplicação incorreta intencional dos princípios contábeis relativos a valores, classificação, forma de apresentação ou divulgação.

Para ajudá-los a memorização, segue mapa mental:

**Gabarito: C.****41. A perícia contábil do tipo voluntária é aquela**

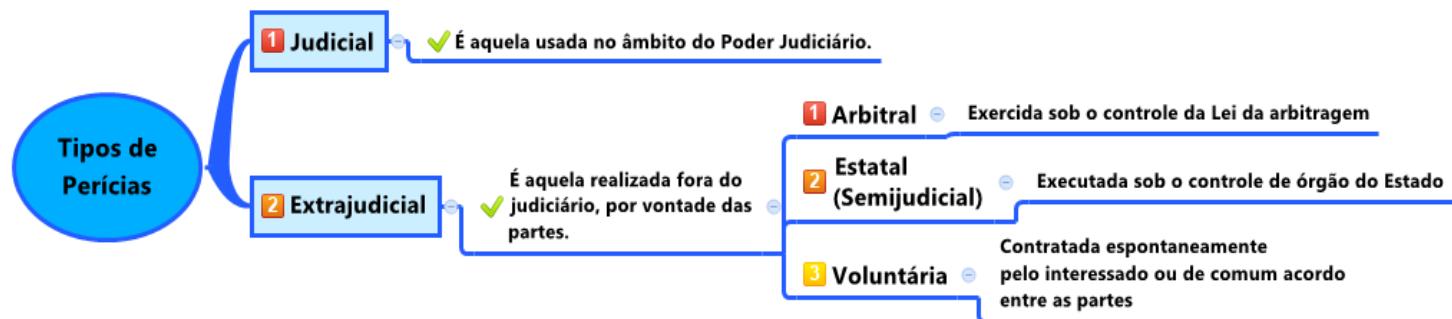
- a) exercida sob o controle da legislação societária e supervisão judicial.
 b) exercida sob o controle da legislação de arbitragem e supervisão judicial.
 c) executada sob o controle de órgão do Estado e supervisão judicial.
 d) exercida sob a tutela da justiça e supervisão governamental.
 e) contratada espontaneamente pelo interessado ou de comum acordo entre as partes.

Resolução:

A questão aborda os tipos de perícia contábil constantes na NBC TP 01. A perícia contábil pode ser dividida entre judicial e extrajudicial.

A perícia **judicial** é exercida **sob a tutela do Poder Judiciário**. Já a perícia **extrajudicial** se subdivide em três âmbitos: **arbitral, estatal ou voluntária**. A perícia arbitral é exercida sob o controle da lei de arbitragem. A Perícia estatal é executada sob o controle de órgãos de Estado. **A perícia voluntária**, trazida pela questão, é **contratada, espontaneamente, pelo interessado ou de comum acordo entre as partes**.

Segue o mapa mental abaixo para esquematizar os tipos de perícia:

**Gabarito: E.****42. De acordo com a NBC PP 01 – Perito Contábil, o Perito do juízo estará sendo parcial se:**

- dispensar igual tratamento às partes.
- utilizar argumentos baseados em trabalho técnico por ele publicado.
- atender aos assistentes técnicos com iguais oportunidades.
- omitir algum argumento técnico com o objetivo de não prejudicar uma parte.

Resolução:

Questão aborda situações de imparcialidade ou independência que deve ter o perito do juiz nas suas atividades.

Segundo a NBC PP 01:

13. O perito do juízo deve se declarar impedido quando não puder exercer suas atividades, observados os termos do Código de Processo Civil.

14. O perito-assistente deve declarar-se suspeito quando, após contratado, verificar a ocorrência de situações que venham suscitar suspeição em função da sua imparcialidade ou independência e, dessa maneira, comprometer o resultado do seu trabalho.

15. O perito do juízo ou assistente deve declarar-se suspeito quando, após nomeado ou contratado, verificar a ocorrência de situações que venham suscitar suspeição em função da sua imparcialidade ou independência e, dessa maneira, comprometer o resultado do seu trabalho em relação à decisão.

Analizando cada situação:

- dispensar igual tratamento às partes. Não compromete sua imparcialidade, já que ele está dando um tratamento isonômico entre partes.
- utilizar argumentos baseados em trabalho técnico por ele publicado. Não compromete sua imparcialidade, pois houve transparência e critério para utilização de argumentos.

c) atender aos assistentes técnicos com iguais oportunidades. Não compromete sua imparcialidade, já que ele está dando um tratamento isonômico entre partes.

d) omitir algum argumento técnico com o objetivo de não prejudicar uma parte. Omissão de algo, por si só, pode caracterizar uma situação de parcialidade para beneficiar alguém.

Gabarito: Letra D.

43. Em conformidade com a NBC TP 01 - Perícia Contábil, os elementos de prova obtidos por meio de diligências feitas pelo Perito do juízo são indispensáveis para a elaboração do laudo pericial. Acerca desse tema, julgue as opções abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

1. O Perito do juízo deve manter registro dos locais e datas das diligências.
2. O Perito do juízo deve manter registro dos nomes das pessoas que o atender durante as diligências.
3. O Perito do juízo deve consultar o Juiz se deve juntar as provas obtidas em diligências aos autos.
4. O Perito do juízo só deve considerar como elementos de prova os documentos existentes no processo quando do início da perícia.

Estão CERTOS os itens:

- a) 1, 2 e 4, apenas.
- b) 2 e 3, apenas.
- c) 1 e 2, apenas.
- d) 2, 3 e 4, apenas.

Resolução:

Questão aborda aspectos gerais acerca da execução dos trabalhos do perito, segundo a NBC TP 01. Analisando cada item:

1. O Perito do juízo deve manter registro dos locais e datas das diligências. **Item correto.** Durante a execução dos seus trabalhos, o perito deve utilizar os meios que lhe são facultados pela legislação e normas concernentes ao exercício de sua função, com vistas a instruir o laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil com as peças que julgarem necessárias. Dentre esses meios, a NBC TP 01 destaca: os registros dos locais e datas das diligências, nomes das pessoas que os atenderem, livros e documentos ou coisas examinadas ou arrecadadas, dados e particularidades de interesse da perícia.

2. O Perito do juízo deve manter registro dos nomes das pessoas que o atender durante as diligências. **Item correto.** Ver explicação do item "2".

3. O Perito do juízo deve consultar o Juiz se deve juntar as provas obtidas em diligências aos autos. **Item errado.** A condução da execução da perícia é de responsabilidade do perito, que une a responsabilidade pelos trabalhos, devendo assegurar-se que as pessoas contratadas estejam profissional e legalmente capacitadas à execução. Em outros termos, o Perito não tem a necessidade de consultar o Juiz para juntar provas obtidas em diligências aos autos.

4. O Perito do juízo só deve considerar como elementos de prova os documentos existentes no processo quando do início da perícia. **Item errado.** Segundo a NBC TP 01, "o perito deve documentar os elementos relevantes que serviram de suporte à conclusão formalizada no laudo pericial contábil e no parecer pericial contábil quando não juntados aos autos, que foram considerados relevantes, visando fundamentar o laudo ou parecer e comprovar que a perícia foi executada de acordo com os despachos e decisões judiciais, bem como as normas legais e Normas Brasileiras de Contabilidade". Ou seja, o Perito deve considerar como elementos de provas os

documentos relevantes que serviram de suporte à conclusão formalizada no laudo pericial contábil e no parecer pericial contábil quando não juntados aos autos, que foram considerados relevantes.

Gabarito: C.

44. A legislação que regula a profissão contábil estabelece diversos direitos e deveres a serem observados pelos profissionais da classe contábil. Dentre os deveres previstos pela norma, é VEDADO ao contador:

- a) Publicar trabalho, científico ou técnico, assinado e sob sua responsabilidade.
- b) Indicar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, os títulos e especializações por ele obtidos.
- c) Transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional, tendo a anuência por escrito do cliente.
- d) Auferir qualquer provento em função do exercício profissional que não decorra exclusivamente de sua prática lícita.

Resolução:

Vamos analisar as alternativas conforme o Código de Ética do Contabilista (NBC PG 01/19):

a) Publicar trabalho, científico ou técnico, assinado e sob sua responsabilidade.

ERRADA. É uma situação PERMITIDA:

5. O contador pode:

(a) publicar trabalho, científico ou técnico, assinado e sob sua responsabilidade;

b) Indicar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, os títulos e especializações por ele obtidos.

ERRADA. É uma situação PERMITIDA:

5. O contador pode:

(d) indicar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e a relação de clientes, esta quando autorizada por estes.

c) Transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional, tendo a anuência por escrito do cliente.

ERRADA. É uma situação PERMITIDA:

5. O contador pode:

(b) transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional, com a anuência do cliente, sempre por escrito;

d) Auferir qualquer provento em função do exercício profissional que não decorra exclusivamente de sua prática lícita.

CORRETA, aqui está a resposta.

4. No desempenho de suas funções, é vedado ao contador:

(b) auferir qualquer provento em função do exercício profissional que não decorra exclusivamente de sua prática lícita;

Gabarito: D.

45. Assinale a alternativa correta em relação NBC PG 01 - CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR.

I. A publicidade, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, dos serviços contábeis, deve primar pela sua natureza técnica e científica, sendo assim permitida a prática da mercantilização.

II. O contador pode indicar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e a relação de clientes, esta quando autorizada por estes.



III. O contador deve, com relação à classe, prestar sua cooperação moral, intelectual e material, salvo circunstâncias especiais que justifiquem a sua recusa.

- a) As alternativas II e III estão corretas.
- b) As alternativas I e III estão corretas.
- c) Todas as alternativas estão corretas.
- d) Somente a alternativa II está correta.
- e) As alternativas I e II estão corretas

Resolução:

À luz do Código de Ética Profissional do Contador, vamos analisar a questão:

I. A publicidade, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, dos serviços contábeis, deve primar pela sua natureza técnica e científica, sendo assim permitida a prática da mercantilização.

INCORRETA. É vedado a prática da mercantilização.

11. *A publicidade, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, dos serviços contábeis, deve primar pela sua natureza técnica e científica, sendo vedada a prática da mercantilização.*

II. O contador pode indicar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e a relação de clientes, esta quando autorizada por estes.

CORRETA. Este item está de acordo com o Código de Ética.

5. *O contador pode:*

- (a) *publicar trabalho, científico ou técnico, assinado e sob sua responsabilidade;*
- (b) *transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional, com a anuência do cliente, sempre por escrito;*
- (c) *transferir, parcialmente, a execução dos serviços a seu cargo a outro profissional, mantendo sempre como sua a responsabilidade técnica; e*
- (d) indicar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e a relação de clientes, esta quando autorizada por estes.**

III. O contador deve, com relação à classe, prestar sua cooperação moral, intelectual e material, salvo circunstâncias especiais que justifiquem a sua recusa.

CORRETA. Este item está de acordo com o Código de Ética.

19. *O contador deve, com relação à classe, observar as seguintes normas de conduta:*

- (a) prestar sua cooperação moral, intelectual e material, salvo circunstâncias especiais que justifiquem a sua recusa;**
- (b) *zelar pelo cumprimento desta Norma, pelo prestígio da classe, pela dignidade profissional e pelo aperfeiçoamento de suas instituições;*
- (c) *aceitar o desempenho de cargo de dirigente nas entidades de classe, admitindo-se a justa recusa;*
- (d) *acatar as decisões aprovadas pela classe contábil;*
- (e) *não formular juízos depreciativos sobre a classe contábil;*
- (f) *informar aos órgãos competentes sobre irregularidades comprovadamente ocorridas na administração de entidade da classe contábil; e*
- (g) *jamais se utilizar de posição ocupada em entidades de classe para benefício próprio ou para proveito pessoal.*

Penalidades

19. *A transgressão de preceito desta Norma constitui infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de uma das seguintes penalidades:*

- (a) advertência reservada;**



- (b) censura reservada; ou
(c) censura pública.

Gabarito: A.

46. Contas que representam a situação estática, ou seja, os elementos ativos e passivos, que são os bens, direitos, obrigações com terceiros (PE) e o Patrimônio Líquido (PL).

- a) Contas de liquidez.
- b) Contas Patrimoniais.
- c) Contas Devedoras.
- d) Contas Credoras.

Resolução:

As contas que compõem o patrimônio da empresa podem ser classificadas com base na teoria adotada. De acordo com a **Teoria Patrimonialista**, temos dois tipos de contas:

- **Contas Patrimoniais:** representam os ativos, passivos e patrimônio líquido (PL) da empresa, indicando assim a situação estática dos bens em determinada data. São evidenciados no Balanço Patrimonial. ⇒ Letra B.
- **Contas de Resultado:** representam as receitas e despesas, mostrando as variações patrimoniais quantitativas que alteram o PL. São evidenciadas na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) ao se apurar o lucro. ⇒ Letra A.

As contas podem também ser classificadas de acordo com a sua **natureza** em:

- **Contas Devedoras:** aumentam quando são debitadas, como as contas do ativo, de despesa e retificadora do passivo. ⇒ Letra C.
- **Contas Credoras:** aumentam quando são creditadas, como as contas do passivo, de receita e retificadora do ativo. ⇒ Letra D.

Gabarito: B.

47. Assinale a opção que apresenta apenas contas patrimoniais de natureza credora.

- a) duplicatas descontadas, adiantamento de sócios, reserva estatutária
- b) provisão para férias, capital a integralizar, reservas para contingências
- c) adiantamento a fornecedores, reserva legal, ICMS a recolher
- d) depreciação acumulada, ações em tesouraria, salários a pagar
- e) empréstimos bancários, provisão para créditos de liquidação duvidosa, adiantamento a empregados

Resolução:

Contas credoras que são **contas patrimoniais** = Passivo, Patrimônio Líquido, Retificadoras do ativo

Assertivas:

a) **CERTO:** Todas as contas abaixo são de natureza credoras por serem classificadas no Passivo Circulante

Duplicatas descontadas (*Passivo Circulante*)

Adiantamento **de** sócios (*Passivo Circulante*)

Reserva estatutária (*Patrimônio Líquido*)

b) **ERRADO:** Capital a integralizar tem **natureza devedora**, ou seja, aumenta com o débito

Provisão para férias (*Passivo Circulante*)

Capital a integralizar (**Retificador do Patrimônio Líquido**)

Reservas para contingências (*Patrimônio Líquido*)

c) **ERRADO:** Adiantamento a fornecedores é uma conta patrimonial, mas **tem natureza devedora**.

Adiantamento a fornecedores (**Ativo Circulante**)

Reserva legal (*Patrimônio Líquido*)

ICMS a recolher (*Passivo Circulante*)

d) **ERRADO:** Ação em tesouraria, por ser uma **conta retificadora do PL, tem natureza devedora** também.

Depreciação acumulada (*Retificador do Ativo Não Circulante*)

Ações em tesouraria (**Retificador do Patrimônio Líquido**)

Salários a pagar (*Passivo Circulante*)

e) **ERRADO:** ao adiantar o salário de um empregado, você terá um **direito** de compensá-lo com o salário do próximo mês, logo temos um **ativo circulante cuja natureza é devedora**.

Empréstimos bancários (*Passivo Circulante*)

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*Passivo Circulante*)

Adiantamento a empregados (**Ativo Circulante**)

Gabarito: A.

48. Sobre a letra de câmbio, assinale a alternativa correta.

a) Será pagável à vista a letra que indicar a época do vencimento.

b) Deve ser apresentada ao sacado ou ao aceitante para o pagamento, no lugar designado e no dia do vencimento.

c) O portador é obrigado a receber o pagamento antes do vencimento da letra sob pena de ser responsabilizado por eventual atraso.

d) Sobrevindo caso fortuito ou força maior, a apresentação deve ser feita logo que cessar o impedimento sob pena de perder o portador o direito de regresso contra o sacador, endossadores e avalistas.

Resolução:

a) Será pagável à vista a letra que ~~indicar a época~~ do vencimento.

INCORRETO. Conforme o Decreto 2.044/1908 (Lei Saraiva):

*Art. 20, § 1º Será pagável à vista a letra que **não indicar a época** do vencimento. Será pagável, no lugar mencionado ao pé do nome do sacado, a letra que não indicar o lugar do pagamento.*

b) Deve ser apresentada ao sacado ou ao aceitante para o pagamento, no lugar designado e no dia do vencimento.

CORRETO. Conforme o Decreto 2.044/1908 (Lei Saraiva):

*Art. 20. A letra **deve ser apresentada ao sacado ou ao aceitante para o pagamento, no lugar designado e no dia do vencimento** ou, sendo este dia feriado por lei, no primeiro dia útil imediato, sob pena de perder o portador o direito de regresso contra o sacador, endossadores e avalistas.*

c) O portador é ~~obrigado a receber o pagamento antes~~ do vencimento da letra sob pena de ser responsabilizado por eventual atraso.

INCORRETO. Conforme o Decreto 2.044/1908 (Lei Saraiva):

*Art. 22. O portador **não é obrigado a receber o pagamento antes** do vencimento da letra. Aquele que paga uma letra, antes do respectivo vencimento, fica responsável pela validade desse pagamento.*

d) Sobrevindo caso fortuito ou força maior, a apresentação deve ser feita logo que cessar o impedimento ~~sob pena de perder o portador o direito de regresso contra o sacador, endossadores e avalistas~~.

INCORRETO. Conforme o Decreto 2.044/1908 (Lei Saraiva):



Art. 20. A letra deve ser apresentada ao sacado ou ao aceitante para o pagamento, no lugar designado e no dia do vencimento ou, sendo este dia feriado por lei, no primeiro dia útil imediato, sob pena de perder o portador o direito de regresso contra o sacador, endossadores e avalistas.

§ 3º Sobreindo caso fortuito ou força maior, a apresentação deve ser feita, logo que cessar o impedimento.

Gabarito: B.

49. Rodrigo aplicou a terça parte do seu capital à taxa de 20% ao semestre e os outros dois terços à taxa de 25% ao trimestre, ambas no sistema de juros simples, e obteve, ao final de um ano, um montante de R\$ 5.400,00. Qual o capital inicial de Rodrigo?

- a) R\$ 2.500,00.
- b) R\$ 3.000,00.
- c) R\$ 3.500,00.
- d) R\$ 4.000,00.

Resolução:

No regime de juros simples, o montante MM obtido pela aplicação de um capital CC, a uma taxa de juros i e durante um período de tempo t , é dado por

$$M=C \times (1+i \times t)$$

O montante M_1 obtido pela aplicação da terça parte do capital de Rodrigo, à taxa de 20% (0,2) ao semestre e durante um ano (2 semestres), é:

$$M_1 = C/3 \times (1+0,2 \times 2)$$

$$M_1 = C/3 \times 1,4$$

$$M_1 = 1,4C/3$$

O montante M_2 obtido pela aplicação dos outros dois terços de seu capital, à taxa trimestral de 25% (0,25) e durante um ano (4 trimestres), é:

$$M_2 = 2C/3 \times (1+0,25 \times 4)$$

$$M_2 = 2C/3 \times (1+1)$$

$$M_2 = 4C/3$$

Como o montante total obtido foi de R\$ 5.400,00, então

$$M_1 + M_2 = 5.400$$

$$1,4C/3 + 4C/3 = 5.400$$

Multiplicamos toda a equação por 3:

$$1,4C + 4C = 16.200$$

$$5,4C = 16.200$$

$$C = 16.200 / 5,4 = 3.000$$

Portanto, o capital inicial de Rodrigo era de **R\$ 3.000,00**.

Gabarito: B.

50. Capítulo LXVIII / O Vergalho

Tais eram as reflexões que eu vinha fazendo, por aquele Valongo fora, logo depois de ver e ajustar a casa. Interrompeu-as um ajuntamento; era um preto que vergalhava outro na praça. O outro não se atrevia a fugir; gemia somente estas únicas palavras: — “Não, perdão, meu senhor; meu senhor, perdão!” Mas o primeiro não fazia caso, e, a cada súplica, respondia com uma vergalhada nova.



— Toma, diabo! dizia ele; toma mais perdão, bêbado!

— Meu senhor! gemia o outro.

— Cala a boca, besta! replicava o vergalho.

Parei, olhei... Justos céus! Quem havia de ser o do vergalho? Nada menos que o meu moleque Prudêncio, — o que meu pai libertara alguns anos antes. Cheguei-me; ele deteve-se logo e pediu-me a bênção; perguntei-lhe se aquele preto era escravo dele.

— É, sim, nhonhô.

— Fez-te alguma cousa?

— É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber.

— Está bom, perdoa-lhe, disse eu.

— Pois não, nhonhô. Nhonhô manda, não pede. Entra para casa, bêbado!

(Machado de Assis. Memórias póstumas de Brás Cubas. São Paulo, Ática, 1990. p. 83.)

Nas palavras "praça" e "bênção" emprega-se o cedilha para indicar o som do fonema /s/. Tal notação foi usada corretamente em todas as palavras do grupo:

- punção, louça, ascensão.
- açafrão, distensão, paçoca.
- estação, miçanga, sentença.
- escanção, calabouço, precaução.

Resolução:

Esta questão envolve ortografia (grafia correta das palavras).

O enunciado informa que o cedilha das palavras "praça" e "benção" indica o som do fonema /s/. Devemos indicar a alternativa em que as palavras estejam grafadas corretamente. Vamos lá?

a) punção, louça, ascensão.

INCORRETA. A palavra "ascensão" está **errada**. O correto é "**ascensão**".

b) açafrão, distensão, paçoca.

INCORRETA. O correto é: **distensão**.

c) estação, miçanga, sentença.

CORRETA. Todas as palavras estão corretas!

d) escanção, calabouço, precaução.

INCORRETA. Existem as palavras "**escanção**" (palavra antiga que se refere à pessoa encarregada do vinho servido ao rei) e "**escansão**" (termo relacionado à literatura que se refere ao ato de escandir, decompor um verso). Nenhuma das duas palavras deve ser grafada com "x".

Gabarito: C.